

# Avaliação do grau de concretização da EIDT AML 2014-2020 e do PDCT AML 2014-2020

## Relatório Final

março 2023



## Ficha Técnica

**Contrato:** Aquisição de serviços de apoio técnico à definição da estratégia sub-regional tendo em vista a concretização de uma intervenção operacional integrada de base territorial na Área Metropolitana de Lisboa durante o ciclo de programação 2021-2027, de acordo com estabelecido na alínea a) do ponto 9 da RCM n.º 97/2020, de 13 de novembro.

**Documento:** Avaliação do grau de concretização da EIDT AML 2014-2020 e do PDCT AML 2014-2020

**Data:** Março de 2023

**Número de páginas:** 36

**Equipa Técnica:**

**Coordenação Geral:**

Sérgio Barroso

**Especialistas:**

Gonçalo Caetano

Liliana Calado

Luis Carvalho

Pedro Henriques

**CEDRU**

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora 46A

1600-454 Lisboa

(+351) 217 121 240

[www.cedru.pt](http://www.cedru.pt)

Fotografia capa: Andreas Brücker

## Avaliação do grau de concretização da EIDT AML 2014-2020 e do PDCT AML 2014-2020

Relatório Final

Março 2023

### Resumo

Este relatório constitui a Avaliação do Grau de Concretização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT AML 2014-2020). Foi elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) para a Área Metropolitana de Lisboa (AML), no âmbito da Aquisição de serviços de apoio técnico à definição da estratégia sub-regional tendo em vista a concretização de uma intervenção operacional integrada de base territorial na Área Metropolitana de Lisboa durante o ciclo de programação 2021-2027, de acordo com estabelecido na alínea a) do ponto 9 da RCM n.º 97/2020, de 13 de novembro. O documento tem como objetivo global avaliar o nível de concretização da estratégia definida para a Área Metropolitana de Lisboa, tendo como horizonte o período de execução dos Fundos Europeus 2014-2020 a partir da análise da implementação do PDCT AML 2014-2020, nomeadamente dos níveis de concretização das operações que o contemplam, à data de 31.12.2022.

This report evaluates the “Degree of Implementation of the Integrated Territorial Development Strategy (EIDT) and the Pact for Territorial Development and Cohesion (PDCT AML 2014-2020)”. It was drawn up by the Centre for Regional and Urban Studies and Development (CEDRU) for the Lisbon Metropolitan Area (AML) as part of the acquisition of technical support services for the definition of the sub-regional strategy to implement an integrated territorial operational intervention in the Lisbon Metropolitan Area, during the 2021-2027 programming cycle, following point 9 a) of RCM no. 97/2020, of 13 November. The overall aim of the document is to assess the level of implementation of the strategy defined for the Lisbon Metropolitan Area, considering the period of implementation of the 2014-2020 European Funds, based on an analysis of the implementation of the AML 2014-2020 PDCT, i.e. the levels of implementation of the operations included in it, at 31.12.2022.



(página propositadamente deixada em branco)

# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. OBJETO DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
2.1. Âmbito.....	12
2.2. Estratégia .....	13
2.3. Investimentos e metas .....	15
2.4. Modelo de governação .....	16
2.5. Síntese do programa de ação .....	17
<b>3. ANÁLISE DO DESEMPENHO GLOBAL .....</b>	<b>20</b>
3.1. Situação global .....	20
3.2. Desempenho territorial .....	22
<b>4. ANÁLISE DO DESEMPENHO ESPECÍFICO .....</b>	<b>25</b>
4.1 PI 4.03 – eficiência energética .....	25
4.2 PI 5.01 – adaptação às alterações climáticas.....	26
4.3 PI 6.03 – património natural e cultural.....	27
4.4 PI 9.01 – Inclusão .....	28
4.5 PI 9.04 – acesso a serviços .....	29
4.6 PI 9.07 – saúde .....	30
4.7 PI 10.01 – educação .....	31
4.8. PI 10.05 – educação .....	32
<b>5. SÍNTESE CONCLUSIVA .....</b>	<b>33</b>

## Índice de quadros

Quadro 1 - Síntese do programa de ação do PDCT-AML, por município .....	17
Quadro 2 – Distribuição do apoio aprovado e apoio executado (e taxa de concretização), por prioridade de investimento, eixo e medida do PDCT-AML (EUR e %) .....	20
Quadro 3 – Distribuição do apoio aprovado e apoio executado (e taxa de concretização), por eixo do PDCT-AML (EUR e %) .....	21
Quadro 4 – Distribuição do apoio aprovado, apoio executado e taxa de concretização por PI e município do PDCT-AML (EUR e %) .....	23

## Acrónimos

%	Percentagem
€	Euros
AG	Autoridade de Gestão
AM	Áreas Metropolitanas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AP	Administração Pública
APCAS	Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal
APPACDM	Associação Portuguesa de Pais E Amigos do Cidadão Deficiente Mental
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CEDM	Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CEEA	Centro de Educação Especial de Almada
CIM	Comunidades Intermunicipais
CM	Câmara Municipal
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i> 2019 (Doença por Coronavírus – 2019)
CVI	Centro de Vida Independente
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EUR	Euros
FC	Fundo de Coesão
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
ITI	Investimento Territorial Integrado
kWh	Quilowatt-hora
MAVI	Modelo de Apoio à Vida Independente
n.º	número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDCT	Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PI	Prioridade de Investimento
PME	Pequenas e Médias Empresas
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POR Lisboa	Programa Operacional Regional de Lisboa 2014- 2020
PORLVT	Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RIS3	Estratégia de Especialização Inteligente
SRU, E. M., S.A.	Sociedade de Reabilitação Urbana Empresa Municipal, Sociedade Anónima
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UE	União Europeia



# 1. Introdução

O presente documento corresponde ao **relatório da Avaliação do Grau de Concretização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT AML 2014-2020)**, elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) para a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

O documento tem como objetivo global avaliar o nível de concretização da estratégia definida para a Área Metropolitana de Lisboa, tendo como horizonte o período de execução dos Fundos Europeus 2014-2020, a partir da análise da implementação do PDCT AML 2014-2020, nomeadamente dos níveis de concretização das operações que o contemplam à data de 31.12.2022.

Como resposta às assimetrias regionais que afetam o país e em coerência com a importância atribuída à dimensão territorial na Política de Coesão da União Europeia (UE) e na estratégia da Europa 2020, o Acordo de Parceria Portugal 2020 atribuiu à abordagem territorial o carácter de domínio transversal. Esta opção traduziu-se *“na ponderação, em cada um dos domínios temáticos, da escala adequada para a obtenção de ganhos de eficiência e de integração na prossecução das finalidades de política pública, ponderando ainda o enquadramento institucional em matéria de conceção e implementação das respetivas intervenções que se pretendem vir a financiar com os fundos. Desta forma, o princípio da subsidiariedade deverá afirmar-se desde a fase de desenho e de estruturação dos instrumentos de programação”*.

Neste contexto, a abordagem territorial do Portugal 2020 foi estruturada em três tipos de políticas/instrumentos de programação, com destaque para as políticas integradas de base territorial, que visam operacionalizar um conjunto de políticas a partir do território, estando ancoradas em Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) de âmbito sub-regional, dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e pelas Áreas Metropolitanas (AM), e concretizadas através de instrumentos como os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, entre outros.

Por outro lado, o PDCT e a EIDT constituem os elementos-chave de um Investimento Territorial Integrado, (ITI) instrumento previsto no Regulamento Geral dos Fundos que permite a conjugação de investimentos de diversos eixos prioritários e de diversos programas operacionais para fins de intervenção multidimensional ou intersectorial,

A contratualização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial com entidades intermunicipais, surge na sequência de uma longa tradição de execução sub-regional dos Fundos da Coesão em Portugal e que teve a sua origem no QCA I (1989-1993) através do contrato estabelecido entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e a Associação de Municípios do Oeste.

Esta experiência foi sendo progressivamente alargada. No QCA II (1994-1999) passou a abranger as restantes duas associações de municípios de LVT: Lezíria do Tejo; Médio Tejo e a Junta Metropolitana de Lisboa, com a contratualização da gestão do subprograma A – Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida. No QCA III (2000-2006), mantendo-se o âmbito territorial, a experiência de contratualização foi ampliada, incidido no Eixo 1 do Programa Operacional Regional – PORLVT (Apoio ao investimento de interesse municipal e Intermunicipal). Por fim, no QREN (2007-2013), a contratualização estendeu-se a todas as Comunidades Intermunicipais (CIM), ou agrupamentos de CIM, das regiões Norte, Centro e Alentejo, com o aprofundamento não só das tipologias de projetos, como também do modelo de gestão dos fundos.

Dando continuidade à experiência do QREN, de contratualização entre o Governo (através das autoridades de gestão) e as associações de municípios, no período 2014-2020 foi operacionalizado o instrumento ITI, através dos PDCT, ancorados em Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) estabelecidas para as NUTS III.

Nesta trajetória, a AML possui um longo capital de experiência na execução coordenada de Fundos Comunitários com mais de duas décadas. No âmbito do QCA II (1994/1999), a Junta Metropolitana de Lisboa assinou dois Contratos-Programa no valor global de 67.222.990,00€ (FEDER), abrangendo intervenções em acessibilidades, equipamentos de ensino do 1º Ciclo, equipamentos culturais e águas residuais. No contexto do QCA III (2000/2006), a Junta Metropolitana de Lisboa deu início a uma segunda contratualização, celebrando o 1º Contrato-Programa referente ao 1º Triénio (2000-2002), no valor de 62.506.808,59€ de FEDER e o 2º Contrato-Programa (2003-2006) com o valor de 26.680.846,14€ (FEDER).

Finalmente, no período de 2014-2020 foi contratualizado com a AML a execução de 89.300.000,00€ (FEDER e FSE), que incidem sobre diversas áreas de política, tais como a eficiência energética, a adaptação climática, a preservação do património natural e cultural, a inclusão social, o acesso a serviços, a saúde e a educação.

Tendo como pano de fundo este quadro de responsabilidades e a preparação do período de programação 2021-2027, designadamente do futuro ITI metropolitano, o presente documento procura observar a experiência de execução, identifica as principais conclusões e lições, estando organizado nos seguintes capítulos:

- descrição do quadro de referência da avaliação, sistematizando os principais aspetos do PDCT AML 2030;
- a análise do desempenho à data de 31.12.2022, em termos globais;
- a análise do desempenho à data de 31.12.2022, ao nível das diversas prioridades de Investimento que compõe a intervenção;
- uma síntese conclusiva com os aspetos mais relevantes da execução.

(página propositadamente deixada em branco)

## 2. Objeto de avaliação

### 2.1. Âmbito

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Área Metropolitana de Lisboa (PDCT AML), com execução para o período comunitário 2014-2020, **surgiu no âmbito da necessidade de colmatar uma diversidade de desafios** que se apresentavam, à data da realização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial-AML (EIDT-AML), como determinantes para o desenvolvimento sustentável da Área Metropolitana de Lisboa. O PCDT apresenta-se como uma ferramenta para intervir nestes desafios, designadamente:

- **níveis de colaboração entre instituições de I&DT fracos** que comprometiam a articulação do sistema de inovação regional;
- intensidade exportadora inferior à média nacional;
- embora com elevada artificialização dos aglomerados urbanos de grande dimensão e elevada conurbação entre o município de Lisboa e os municípios fronteira, persistiam ainda **territórios com elevada fragmentação e descontinuidades no edificado**, com extensas áreas urbanas de génese ilegal e edificação dispersa para espaços naturais e rurais; Por conseguinte, esta ocupação comprometia solos agrícolas e florestais, bem como desafiava a utilização do transporte coletivo e **beneficiava a utilização do transporte individual**, não cumprindo assim as metas para a descarbonização e transição energética;
- **níveis de cobertura de equipamentos educativos, sociais, saúde e culturais deficientes e desiguais no território**, nomeadamente para as crianças e jovens e para a população idosa;
- aumento do número de pessoas em situação de **carência económica**;
- **taxa de abandono escolar precoce na AML permanecia afastado da meta** a atingir em 2020;
- o **insucesso escolar era superior à média nacional** e encontrava-se com elevada disparidade entre municípios;
- contexto de **taxa de desemprego superior à média nacional** bem como a taxa de desemprego de longa duração e persistência de desemprego jovem e de desemprego qualificado;
- desafios ao nível da capacitação e qualificação da população desempregada, com **baixos níveis de escolaridade**, bem como dos recursos humanos;
- a proporção de trabalhadores que recebia menos de 60% do ganho mediano do país e que auferia remuneração inferior ao patamar de pobreza monetária era semelhante à média nacional, sendo necessária à sua monitorização;
- níveis de **pobreza e exclusão social** persistiam na Área Metropolitana de Lisboa.

Estes desafios têm um potencial de colmatação através da atuação em vários elementos ilustrados na EIDT-AML, os quais se destacam:

- localização privilegiada de Lisboa enquanto plataforma de intermediação global;
- fomento de iniciativas empreendedoras no âmbito da RIS3;
- aposta em empresas inovadoras, start-ups e PME com potencial exportador;
- afirmação como destino turístico de excelência;
- aproveitamento dos recursos constituídos pelas Áreas Protegidas para o desenvolvimento do lazer e turismo de natureza;

- soluções inovadoras a nível energético, nomeadamente para o setor dos transportes;
- promoção da utilização de modos suaves de transporte;
- reconfiguração das áreas industriais obsoletas ou em declínio;
- instrumentos de apoio à eficiência energética para a dinamização da reabilitação urbana;
- articulação de projetos de intervenção social com parceiros públicos, privados e do 3º setor;
- desenvolvimento sustentado e integrado de novas soluções e respostas de combate à pobreza e à exclusão social;
- apoiar novas iniciativas no âmbito do empreendedorismo social;
- adequação das competências adquiridas nos sistemas de educação e formação com as necessidades do tecido empresarial regional.

Este Pacto não se constituiu como uma nova estratégia, visto que detalha as orientações refletidas na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – AML, mas tinha como propósito ser utilizado como um **instrumento complementar de outras iniciativas** que surgissem no âmbito das abordagens integradas de desenvolvimento territorial previstas no Acordo de Parceria Portugal'2020.

## 2.2. Estratégia

O **PDCT-AML é um instrumento de natureza pragmática e operacional que tem como desígnio a concretização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial** adotada para este território, pelo que estes dois documentos partilham os mesmos objetivos estratégicos.

A estratégia do Plano de Ação do PDCT-AML faz a correspondência entre as orientações normativas inerentes ao desenvolvimento deste instrumento e entre o quadro estratégico da EIDT-AML.

Esta está estruturado em três eixos que têm como objetivo principal contribuir para a coesão territorial na Área Metropolitana de Lisboa, sendo os seguintes:

- **Eixo 1 - Valorização Territorial e Resiliência Comunitária;**
- **Eixo 2 - Reforço da Coesão e Inclusão Social;**
- **Eixo 3 - Promoção do Sucesso Educativo.**

O **Eixo 1** caracteriza-se por abordar os constrangimentos ao nível da intensidade energética da economia metropolitana, na utilização e gestão ineficientes de recursos e nas vulnerabilidades face a diversos riscos naturais e tecnológicos, mas também valorizar os recursos naturais e patrimoniais enquanto fator de potenciação do turismo e de competitividade. A concretização deste eixo permitiria a estimulação do desenvolvimento regional e produzir um efeito multiplicador na economia. Engloba a promoção da eficiência energética, convergindo para a sustentabilidade ambiental da AML, facilitando a transição para uma economia de baixo carbono.

Constituem-se como medidas deste eixo, (1.1) Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, (1.2) Reforçar as capacidades de adaptação às Alterações Climáticas; (1.3) Reforçar a gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência capacitando as instituições envolvidas, (1.4) Promover a valorização do património cultural e natural, para a afirmação de um destino turístico de excelência. Este Eixo inspira-se nas prioridades Estratégicas 1, 3 e 4 da EIDT-AML e, cumulativamente, nas Prioridades de Investimento 4.3, 5.1, 5.2 e 6.3.

Os principais resultados visados por este Eixo, devidamente quantificados na secção seguinte, passam por:

- reduzir o consumo de energia primária na Administração Local;
- implementar medidas concretas decorrentes das estratégias e planos de adaptação às alterações climáticas existentes/a realizar;
- implementar medidas concretas decorrentes dos planos de emergência e proteção civil existentes/a realizar;
- aumentar o volume de visitantes e dormidas na região.

O **Eixo 2** preconiza as medidas de combate ao desemprego e desenvolve projetos no âmbito da luta contra a luta contra a pobreza e a exclusão social, ao visar o desenvolvimento de soluções ao nível do empreendedorismo e da inclusão ativa que permitam a qualificação de territórios urbanos e grupos específicos, em especial os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Tendo em consideração a elevada diversidade de realidades presentes na região, espera-se a dinamização de outros setores económicos, contribuindo para uma região cosmopolita.

Foram definidas as seguintes medidas para o Eixo 2: (2.1) Aumentar o número de empresas criadas e as iniciativas de criação de emprego por conta própria; (2.2) Reduzir a pobreza, a exclusão social e o desemprego em territórios urbanos problemáticos; (2.3) Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e respostas sociais e de saúde dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidades e pessoas idosas e suas famílias; (2.4) Aumentar as taxas de cobertura da oferta de equipamentos para creches. Este Eixo inspira-se nas prioridades Estratégicas 2, 4, 5 e 6 da EIDT-AML e, cumulativamente, nas Prioridades de Investimento 8.3, 9.1, 9.4 e 9.7.

Os principais resultados visados por este Eixo passam por:

- fomentar iniciativas estruturadas de promoção do empreendedorismo;
- incrementar a taxa de cobertura de creches na região;
- aumentar a capacidade de resposta a situações de pobreza e exclusão social;
- disponibilizar uma oferta mais diversificada de serviços sociais e de saúde.

O Eixo 3 pretende intensificar a trajetória evolutiva positiva no âmbito do sucesso educativo, ao superar constrangimentos que persistem na região devido às suas diversas vulnerabilidades. A título de exemplo, salienta-se a necessidade de reforçar a cobertura de equipamentos sociais para a infância (creches) e requalificar e/ou ampliar as infraestruturas de ensino. Este eixo foca-se no aumento do sucesso escolar por forma de potenciar a atratividade da região à escala nacional e internacional.

Constituem-se como medidas deste eixo: (3.1) Melhorar o sucesso escolar no básico e secundário e (3.2) requalificar as infraestruturas de Ensino. Os principais resultados visados por este Eixo passam por:

- diminuir as taxas de abandono escolar;
- promover a requalificação de escolas do Ensino Básico.

Estes eixos e medidas e consequentes projetos foram concretizados de forma a mobilizar os diversos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento disponíveis nas Prioridades de Investimento, numa lógica sistémica de potenciamento mútuo e tendo em vista a valorização económica e social do território metropolitano.

## 2.3. Investimentos e metas

O programa de ação do PDCT-AML possuía um investimento global de 193,5 milhões de euros, com uma perspetiva de comparticipação em 102,7 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de comparticipação de 53,1%. Deste total, estimava-se que 49,7% (51,05 milhões de euros) fosse dotado pelo *FEDER*, 36,2% (37,15 milhões de euros) pelo **Fundo Social Europeu** e 14,1% (€ 14,5 milhões de euros) pelo **Fundo de Coesão**, distribuídos por **19 prioridades de investimento**.

O **Eixo 1** tem uma proposta de dotação de Fundo a contratualizar de 41,5 milhões de euros, 65,1% pelo *FEDER* e 34,9% pelo Fundo de Coesão distribuídas pelas Prioridades de investimento “04.03 – A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação”, “05.01 – A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas”, “06.03 – A conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” e “05.02 – A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes”.

As metas para este eixo são:

- **redução do consumo de energia primária** em edifícios públicos e em sistemas de iluminação pública de **49,2 milhões de kWh/ano**;
- concretização de **50 projetos de gestão de risco e resistência a catástrofes**;
- desenvolvimento de **41 ações de animação, valorização e promoção de elementos patrimoniais com interesse turístico**;
- concretização de **planos de identificação de vulnerabilidades e riscos** em 4 Municípios;
- **aumento de 155 mil visitantes/ano** a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiárias de apoio.

O **Eixo 2** tem uma proposta de dotação de Fundo a contratualizar de 30,1 milhões de euros, 90% pelo Fundo Social Europeu e 10% pelo *FEDER* distribuídas pelas Prioridades de investimento “09.01 – Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade”, “09.04 – Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”, “09.07 – Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária” e “08.03 – Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras”.

As metas para este eixo são:

- concretização de **13 intervenções em creches**;
- concretização de **210 intervenções em estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico**;
- concretização de **32 ações de apoio ao empreendedorismo** e dinamização da atividade económica;
- concretização de **28 projetos de inovação e experimentação social**;
- concretização de **39 projetos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde** e/ou aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis.

O Eixo 3 tem uma proposta de dotação de Fundo a contratualizar de 31,1 milhões de euros, 67,7% pelo FEDER e 32,3% pelo FSE distribuídas pelas Prioridades de investimento “10.05 – Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas” e “10.01 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais e para a reintegração no ensino e na formação”.

As metas para este eixo são:

- concretização de **29 planos de combate ao abandono e insucesso escolar**;
- **requalificar 210 infraestruturas de ensino** (escolas).

## 2.4. Modelo de governação

O Modelo de Governação do PDCT-AML teve um modelo baseado na proposta da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e assenta na Estrutura Metropolitana de Gestão Territorial 2020, composta pelos seguintes órgãos e membros constituintes:

- **Conselho Metropolitano de Lisboa**, que define e aprova o Pacto e o acompanhamento e avaliação dos resultados da atividade metropolitana no âmbito do Portugal'2020;
- **Comissão Executiva Metropolitana**, que elabora e submete ao Conselho Metropolitano todos os elementos necessários à realização das atribuições metropolitanas;
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano**, que apoia o processo de articulação da operacionalização da Estratégia Integrada com o Pacto;
- **Representante dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa** na Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Lisboa 2020;
- **Grupos de Trabalho Metropolitanos**, representantes municipais e setoriais que analisarão diversas temáticas importantes para a execução e monitorização da Estratégia Integrada e do Pacto.

Criou-se também uma estrutura de apoio técnico de suporte à operacionalização do Pacto e ao exercício das competências delegadas enquanto Organismo Intermédio, que se dedica à gestão do processo de contratualização, denominado Secretariado Técnico Metropolitano e constituído por:

- **Coordenação Técnica**, com experiência na gestão de fundos comunitários e na gestão de equipas multidisciplinares;
- **Técnicos Superiores**, com um leque diversificado de formações e qualificações em áreas como a gestão/economia/contabilidade, engenharia civil, geografia, proteção civil e riscos, arquitetura, inclusão social, educação, direito/contratação pública, etc.;
- **Técnicos Administrativos**, com experiência na gestão de Fundos Comunitários.

Deste modo, o Secretariado Técnico Metropolitano apoiará os Secretariados Técnicos das Autoridades de Gestão dos referidos Programas, ficando a sua articulação operacional a cargo do Coordenador; no que se refere aos técnicos do Secretariado Técnico Metropolitano, estes irão funcionar sob a coordenação desse mesmo Coordenador.

O **sistema de monitorização** incluía:

- a construção de informação de suporte à operacionalização do Pacto interno à AML;



- a identificação de necessidades específicas de aquisição de conhecimento com relevância para o desenvolvimento da região;
- a disponibilização de Relatórios-Síntese mensais à Comissão Executiva Metropolitana;
- a elaboração do Relatório Anual de Monitorização do Pacto;
- a submissão do Relatório Anual de Monitorização do Pacto ao Conselho Metropolitano de Lisboa;
- a apresentação do Relatório Anual de Monitorização do Pacto ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano (CEDM);
- a mobilização dos Grupos de Trabalho Metropolitanos, que analisavam diversas temáticas importantes para a execução e monitorização do Pacto.

## 2.5. Síntese do programa de ação

O programa de ação totaliza cerca de 365 projetos divididos entre dois programas operacionais (POR Lisboa e PO SEUR) com um custo total de 174.862.437 EUR e uma dotação de €102,7 milhões de euros de fundos comunitários.

O POR Lisboa agrega representa 90,3% do custo total e o PO SEUR 9,7%. Já em matéria de dotação final, o POR Lisboa detém 85,9% dos fundos e o PO SEUR 14,1%.

As prioridades de investimento com maior proporção de projetos são: 10.5 - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino (19,7%); 04.3 - Apoio à eficiência energética, à estão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (14,5%); 06.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (11,2%); 05.2 - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (PO SEUR) (11,2%); 09.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (11%). Estas prioridades são ainda as que tinham maior custo atribuído, representando 73,2% do custo total e 71,7% da dotação final dos fundos.

Os municípios com maior percentagem de projetos eram Loures (9,6%), Almada (7,8%), Lisboa (7,2%) e Barreiro (7,2%) e o município com maior custo e dotação final do fundo era Lisboa, que representava 13,5% do custo total do PDCT-AML e 12,2% da dotação do fundo. Nos restantes municípios, a distribuição dos custos e dotação dos fundos encontrava-se maioritariamente equilibrada, pelo que se verifica uma **maior distribuição de recursos para o município de Lisboa.**

Quadro 1 - Síntese do programa de ação do PDCT-AML, por município

Município	Projetos (nº)	Custo (€)	Fundo (€)	Dotação Final (€)
Alcochete	20	4.221.323	2.148.028	2.714.528
Almada	30	8.399.530	4.584.765	5.566.216
Amadora	19	8.888.746	4.549.373	4.937.481
Barreiro	28	8.010.615	4.781.484	5.099.481
Cascais	16	10.279.912	5.139.956	5.139.956
Lisboa	28	23.692.246	12.493.623	12.505.361

Município	Projetos (nº)	Custo (€)	Fundo (€)	Dotação Final (€)
Loures	37	11.720.151	6.055.526	6.058.013
Mafra	17	7.642.771	3.862.475	4.232.270
Moita	15	4.367.565	2.183.783	3.261.350
Montijo	19	8.358.947	4.244.487	4.244.488
Odivelas	25	8.770.500	5.146.097	5.940.224
Oeiras	10	6.747.237	3.408.619	4.673.538
Palmela	19	9.005.600	5.346.300	6.876.078
Seixal	22	10.977.898	6.223.949	6.223.950
Sesimbra	14	6.846.750	3.488.965	3.488.966
Setúbal	19	11.319.324	6.424.926	6.424.926
Sintra	24	14.760.125	7.791.190	9.681.935
Vila Franca de Xira	19	10.523.698	5.316.099	5.316.099
AML	6	329.500	199.750	235.000

Fonte: PDCT-AML (2015)

(página propositadamente deixada em branco)

## 3. Análise do desempenho global

### 3.1. Situação global

O âmbito temporal de desenvolvimento do PDCT-AML decorre até 31 de dezembro de 2023, sendo que os dados apresentados neste capítulo têm como momento de corte o dia 31 de dezembro de 2022. À data, e não considerando a Prioridade de Investimento (PI) 05.01, o PDCT-AML apresentava uma taxa de 87,3% de apoio executado face ao apoio aprovado.

A PI que reunia maior volume de apoio aprovado era a 10.05, relativa ao desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas, que, com um total de 58.860.165 EUR (FEDER), representava mais de metade do apoio aprovado do PDCT-AML. Nesta PI o apoio executado situava-se nos 56.252.037, o que corresponde a uma taxa de concretização de 95,6%.

Seguia-se a PI 06.03, dedicada às questões da conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, que reunia um total de 28.852.559 EUR (FEDER), valor que correspondia a cerca de 25% do total de apoio aprovado à data e em que, os 25.702.164 EUR de apoio executado refletiam uma taxa de concretização de 89,1%.

A PI com maior volume de apoio por parte do FSE era a PI 10.01.04, relacionada com a melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral, que, com um total de 10.123.720 EUR de apoio aprovado e 7.796.167 EUR de apoio executado apresentava um nível de concretização de 77%.

**Quadro 2 – Distribuição do apoio aprovado e apoio executado (e taxa de concretização), por prioridade de investimento, eixo e medida do PDCT-AML (EUR e %)**

Eixo	Medida	Prioridade de Investimento	Apoio aprovado (31.12.2022)	Apoio executado (31.12.2022)
1 Valorização Territorial e Resiliência Comunitária	1.1 – Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e na administração local	04.03 – A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	4.276.938 (FEDER)	3.271.324 (76,5%)
	1.2 – Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas	05.01 – A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1.404.426 (FC)	2.973.707* *financiamento comunitário aprovado)
	1.4 – Promover a valorização do património cultural e natural	06.03 – A conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	28.852.559 (FEDER)	25.702.164 (89,1%)
2 Reforço da coesão e inclusão social	2.2 – Reduzir a pobreza, a exclusão social e o desemprego em territórios urbanos problemáticos	09.01 – Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	3.662.378 (FSE)	1.729.925 (47,2%)
	2.3 – Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e respostas sociais e de saúde dirigidas a pessoas com	09.04 – Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	8.783.846 (FSE)	5.036.673 (57,3%)

Eixo	Medida	Prioridade de Investimento	Apoio aprovado (31.12.2022)	Apoio executado (31.12.2022)
	deficiência ou incapacidades e pessoas idosas e suas famílias			
	2.4 – Aumentar as taxas de cobertura de equipamentos para creches	09.07 – Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2.489.452 (FEDER)	2.435.499 (97,8%)
3 Promoção do Sucesso Educativo	3.1 – Melhorar o sucesso educativo no Ensino Básico e Secundário	10.01 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais e para a reintegração no ensino e na formação	10.123.720 (FSE)	7.796.167 (77%)
	3.2 – Requalificar as infraestruturas de ensino	10.05 – Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	58.860.165 (FEDER)	56.252.037 (95,6%)
<b>TOTAL</b>			<b>117.049.058**</b>	<b>102.223.789** (87,3%**)</b>

\*\* o somatório apresentado não contabiliza a PI 05.02 por indisponibilidade dos dados associados

Fonte: CEDRU (2023)

Quando observada a organização do PDCT-AML em eixos, aquele com maior nível de execução do volume de apoio aprovado era o Eixo 3, com 92,8%. Já o Eixo 2, era o que tinha menor proporção de apoio executado (61,6% de 14.935.677 EUR), não obstante ser o eixo com o valor de apoio aprovado mais baixo. O Eixo 1 apresentava-se em posição intermédia, com 87,5% do apoio aprovado (33.129.497 EUR) já executado.

### Quadro 3 – Distribuição do apoio aprovado e apoio executado (e taxa de concretização), por eixo do PDCT-AML (EUR e %)

Eixo	Apoio aprovado (31.12.2022)	Apoio executado (31.12.2022)
1 - Valorização Territorial e Resiliência Comunitária	33.129.497**	28.973.488** (87,5%**)
2 - Reforço da coesão e inclusão social	14.935.677	9.202.097 (61,6%)
3 - Promoção do Sucesso Educativo	68.983.885	64.048.204 (92,8%)
<b>TOTAL</b>	<b>117.049.058**</b>	<b>102.223.789** (87,3%**)</b>

\*\* o somatório apresentado não contabiliza a PI 05.02 por indisponibilidade dos dados associados

Fonte: CEDRU (2023)

Os dados apurados permitem concluir por um nível considerável de execução dos montantes cabimentados para cada PI e Eixo do PDCT-AML, sendo expectável que até ao termo do seu prazo de vigência se atinja uma taxa de concretização ainda mais elevada.

## 3.2. Desempenho territorial

A diversidade territorial da AML, assim como as características sociais e económicas de cada um dos municípios que integram a região, resulta num quadro de necessidades e expectativas diferenciado por cada um dos municípios, sendo que tal também se reflete nos montantes disponibilizados e executados.

Os dados apresentados reportam-se às operações cujo beneficiário principal da operação era um município da AML.

Com o maior volume de apoio aprovado encontravam-se os municípios de Sintra, Loures e Lisboa com, respetivamente, 11.743.123 EUR, 11.318.528 EUR e 10.921.275 EUR. No extremo oposto, os municípios valores mais reduzidos eram o Montijo (3.277.043 EUR) e Sesimbra (3.278.424 EUR).

No entanto, se considerado o volume de apoio executado, apenas Sintra e Loures se mantinham em posição de destaque, já que o município de Lisboa apresentava um apoio aprovado de 6.987.660 EUR, correspondendo a uma taxa de concretização de 64%, a mais baixa do conjunto de municípios da AML.

Neste âmbito, destaca-se o facto de vários municípios apresentarem níveis de concretização particularmente elevados, sendo até que Mafra já tinha executado a totalidade do apoio que lhe estava destinado no âmbito do PDCT-AML.

Os municípios de Alcochete e Montijo tinham uma concretização igualmente elevada, acima dos 99%, sendo que, para além destes um total de 12 municípios tinha já executado mais de 90% do apoio que lhes era destinado, nomeadamente, Almada, Amadora, Cascais, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira. Pelo contrário, e para além de Lisboa, os municípios de Setúbal (70%) e Oeiras (77,7%) eram os que tinham taxa de concretização inferior a 80%. Em posição intermédia, com uma execução entre os 80% e 90% do apoio atribuído encontravam-se o município do Barreiro e de Palmela.

Merece ainda destaque o facto de vários municípios terem taxas de concretização de 100% em várias PI, com destaque para a 09.01 e a 10.05 (em que 8 municípios já tinham executado a totalidade do apoio), a 09.04 (com 9 municípios com 100% de execução) e a 10.01 (12 municípios com 100%).

O município de Lisboa apresentava uma concretização particularmente baixa na PI 10.01, tendo apenas executado 0,3% do apoio atribuído, o que penaliza o seu nível geral de concretização dos apoios. Já na PI 09.01, havia 7 municípios com uma concretização de apoio aprovado inferior a 10%, contribuindo para o facto de ser esta PI com um nível de concretização mais baixo do conjunto em análise.

Nota ainda para a PI 09.07 que, cuja taxa de concretização (97,3%) era a mais elevada, ainda que um número significativo dos municípios da AML não tivesse investimentos previstos nesta prioridade. Ainda assim, o facto dos 6 municípios em que tal sucedia terem já todos executado mais de 90% do apoio atribuído contribui para esse bom desempenho.

Se estabelecida a média da taxa de concretização de todas as PI, para além de Mafra, merecem destaque o Montijo (99,8%), Alcochete (99,3%), Cascais (97,9%) e Vila Franca de Xira (95,1%), sendo que os municípios de Lisboa (37,8%), Barreiro (46,5%), Seixal (54,0%) e de Oeiras (56,5%) eram aqueles que, à data, tinham desempenho menos favorável no aproveitamento dos apoios do PDCT-AML.

Conclui-se assim pela existência de algumas assimetrias territoriais no que se refere à concretização dos apoios atribuídos no âmbito do PCDT-AML, ainda que seja expectável que até ao encerramento do período de financiamento estas diferenças sejam harmonizadas.

Quadro 4 – Distribuição do apoio aprovado, apoio executado e taxa de concretização por PI e município do PDCT-AML (EUR e %)

Município	Apoio aprovado								Apoio executado (e taxa de concretização)							
	04.03	06.03	09.01	09.04	09.07	10.1	10.5	TOTAL	04.03	06.03	09.01	09.04	09.07	10.1	10.5	TOTAL
Alcochete	189.475	1.187.742	17.725	125.828	-	107.187	1.940.252	<b>3.568.209</b>	182.854 (96,5%)	1.179.768 (99,3%)	17.725 (100%)	125.828 (100%)	-	107.187 (100%)	1.940.252 (100%)	<b>3.553.615</b> (99,6%)
Almada	191.743	3.069.745	199.912	178.405	-	134.634	4.245.968	<b>8.020.407</b>	170.036 (88,7%)	2.796.011 (91,1%)	10.375 (5,2%)	0 (0%)	-	134.634 (100%)	4.158.716 (97,9%)	<b>7.269.772</b> (90,6%)
Amadora	816.552	-	199.005	120.501	-	689.566	1.766.331	<b>3.591.955</b>	808.689 (99%)	-	11.290 (5,7%)	120.501 (100%)	-	535.688 (77,7%)	1.766.331 (100%)	<b>3.242.499</b> (90,3%)
Barreiro	-	273.179	179.217	127.302	-	360.801	2.977.090	<b>3.917.588</b>	-	273.179 (100%)	12.197 (6,8%)	33.725 (26,5%)	-	0 (0%)	2.946.451 (99%)	<b>3.265.553</b> (83,4%)
Cascais	-	128.068	48.162	379.060	-	416.725	3.505.369	<b>4.477.384</b>	-	128.068 (100%)	48.162 (100%)	379.060 (100%)	-	416.725 (100%)	3.135.777 (89,5%)	<b>4.107.792</b> (91,7%)
Lisboa	901.403	-	124.237	923.224	1.227.484	1.477.304	6.267.623	<b>10.921.275</b>	389.174 (43,2%)	-	0 (0%)	0 (0%)	1.192.874 (97,2%)	4.845 (0,3%)	5.400.768 (86,2%)	<b>6.987.660</b> (64%)
Loures	489.944	1.401.490	120.375	420.041	76.428	857.726	7.952.523	<b>11.318.528</b>	489.944 (100%)	1.017.265 (72,6%)	120.375 (100%)	0 (0%)	76.428 (100%)	820.839 (95,7%)	7.929.879 (99,7%)	<b>10.454.730</b> (92,4%)
Mafra	-	3.553.671	70.895	436.795	264.039	346.971	2.496.352	<b>7.168.724</b>	-	3.553.671 (100%)	70.895 (100%)	436.795 (100%)	264.039 (100%)	346.971 (100%)	2.496.352 (100%)	<b>7.168.724</b> (100%)
Moita	217.567	971.433	18.887	37.383	-	108.907	2.469.049	<b>3.823.226</b>	214.471 (98,6%)	945.660 (97,3%)	18.887 (100%)	37.383 (100%)	-	47.947 (44%)	2.469.049 (100%)	<b>3.733.398</b> (97,9%)
Montijo	-	1.346.764	61.727	98.668	31.760	742.390	995.733	<b>3.277.043</b>	-	1.346.76 (100%)4	61.727 (100%)	98.668 (100%)	31.760 (100%)	742.390 (100%)	982.025 (98,6%)	<b>3.263.335</b> (99,6%)
Odivelas	-	2.110.781	265.471	144.316	143.237	432.874	1.974.585	<b>5.071.264</b>	-	2.085.532 (98,8%)	64.194 (24,2%)	144.316 (100%)	143.237 (100%)	220.303 (50,9%)	1.974.585 (100%)	<b>4.632.167</b> (91,3%)
Oeiras	412.299	838.679	336.539	239.363	-	335.342	2.602.843	<b>4.765.065</b>	0 (0%)	838.679 (100%)	142.009 (42,2%)	14.062 (5,9%)	-	335.342 (100%)	2.373.097 (91,2%)	<b>3.703.190</b> (77,7%)
Palmela	443.249	1.149.238	204.859	318.190	-	562.780	1.369.743	<b>4.048.058</b>	405.283 (91,4%)	692.368 (60,2%)	8.654 (4,2%)	318.190 (100%)	-	562.780 (100%)	1.369.743 (100%)	<b>3.357.017</b> (82,9%)
Seixal	-	1.755.265	158.234	195.783	-	420.143	2.178.673	<b>4.708.097</b>	-	1.467.361 (83,6%)	9.656 (6,1%)	8.471 (4,3%)	-	420.143 (100%)	1.654.848 (76%)	<b>3.560.479</b> (75,6%)
Sesimbra	86.173	948.649	100.103	132.430	-	374.589	1.636.481	<b>3.278.424</b>	83.617 (97%)	948.649 (100%)	14.987 (15%)	109.357 (82,6%)	-	374.589 (100%)	1.625.996 (99,4%)	<b>3.157.195</b> (96,3%)
Setúbal	-	2.375.217	257.719	165.525	-	562.989	1.219.175	<b>4.580.625</b>	-	1.230.675 (51,8%)	29.127 (11,3%)	165.525 (100%)	-	562.989 (100%)	1.219.175 (100%)	<b>3.207.490</b> (70%)
Sintra	-	1.780.080	759.777	343.677	231.818	1.458.766	7.169.006	<b>11.743.123</b>	-	1.779.763 (100%)	759.777 (100%)	0 (0%)	212.475 (91,7%)	1.458.766 (100%)	7.169.006 (100%)	<b>11.379.787</b> (96,9%)
Vila Franca de Xira	528.534	1.512.451	276.118	206.196	-	635.504	4.317.449	<b>7.476.252</b>	527.257 (99,8%)	1.495.583 (98,9%)	276.118 (100%)	168.729 (81,8%)	-	635.504 (100%)	3.895.76 (90,2%)3	<b>6.998.953</b> (93,6%)

Fonte: CEDRU (2023)

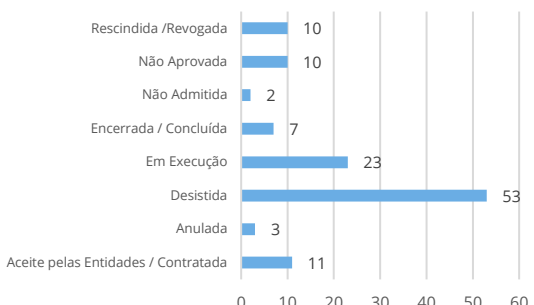
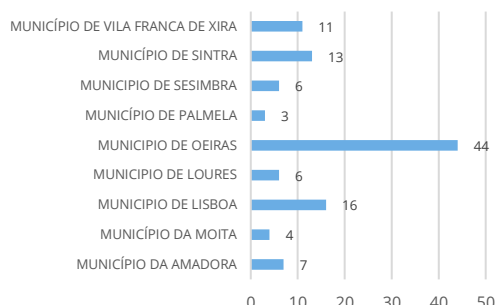
(página propositadamente deixada em branco)



## 4. Análise do desempenho específico

### 4.1 PI 4.03 – eficiência energética

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	4.3 (Eficiência energética na Administração Local)	Tipologia da Operação	Eficiência energética na AP Regional e Local

2. Ponto de Situação (31.12.2022)			
Total de operações (n.º)	119	Operações concluídas (n.º)	7
Estado das operações		Beneficiários com mais operações	
			

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
Eficiência Energética da Piscina Municipal de Palmela	Município de Palmela	444 674,47
Eficiência Energética da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo, Pedro D'Orey da Cunha	Município da Amadora	461 569,74
Eficiência Energética da Piscina Municipal de Pinhal Novo	Município de Palmela	490 812,61
Eficiência Energética - Piscina Municipal de Vila Franca de Xira	Município de Vila Franca de Xira	698 205,52
Eficiência Energética na Iluminação Pública de CM Loures- Sacavém Santo António dos Cavaleiros e Portela; Circunvalação Loures-infantado e acesso Hospital Beatriz Ângelo	Município de Loures	914 031,00

4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	10.835.529,32	Custo Total Elegível Aprovado	9.066.631,03
Despesa Pública Aprovada	9.066.631,03	Apoio Total Aprovado	4.276.938,19
Apoio Pago	3.213.941,57	Executado Elegível	6.963.368,13
Despesa Pública Executada	6.963.368,13	Apoio Executado	3.271.324,3
Taxa de execução da despesa pública	76,8%		

5. Síntese conclusiva	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 4.3 tem como objetivo apoiar a eficiência energética, a gestão inteligente da energia e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente no edificado da Administração Local.</li> <li>No total, foram apresentadas 119 operações, 53 das quais acabaram por não avançar (desistência do promotor). A 31.12.2022, apenas 7 encontravam-se concluídas e 23 estavam em execução. O Município de Oeiras destacou-se pelo maior número de operações apresentadas (44), seguido do Município de Lisboa, com um valor comparativamente mais reduzido (16).</li> <li>A muito significativa taxa de quebra nas candidaturas aprovadas e a baixa execução, aliadas à complexidade e morosidade do processo de análise de candidaturas e dos pareceres técnicos da DGEG, assim como à prioridade dada pelos promotores a outros projetos que se tornaram mais prementes na fase pandémica, contribuem para estes resultados.</li> <li>A atratividade da PI foi também bastante condicionada pelas condições de elegibilidade das despesas (às obras de eficiência energética estão associados custos relevantes que não são elegíveis).</li> <li>A despesa pública executada atingiu os 9.066.631,03€, traduzindo uma taxa de execução da despesa pública aprovada de 76,8%.</li> </ul>	

## 4.2 PI 5.01 – adaptação às alterações climáticas

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Programa Financiador	POSEUR
Prioridade de Intervenção	5.1 (alterações climáticas)	Tipologia da Operação	Adaptação às alterações climáticas

2. Ponto de Situação (31.12.2022)			
Total de operações (n.º)	3	Operações concluídas (n.º)	3
Estado das operações		Beneficiários com mais operações	

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
Elaboração e Monitorização do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas	AML	588.925,5
Comunicação e sensibilização em cenários de risco associados às alterações climáticas	Município de Setúbal	270.498,9
Cartografia de Vulnerabilidade Térmica Mapeamento dos efeitos das ondas de calor em Lisboa, face às projeções climáticas	Município de Lisboa	545.001,4

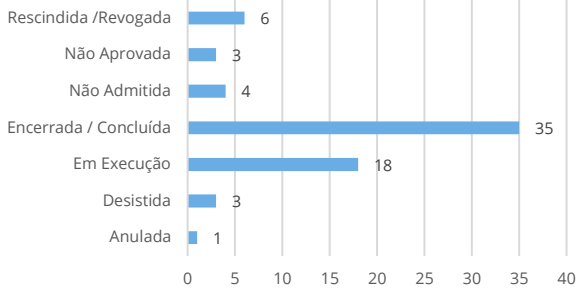
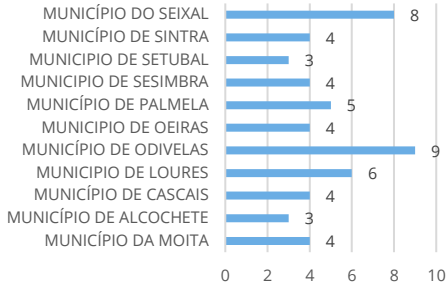
4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Despesa Elegível Total	1.404.426	Financiamento Comunitário Aprovado	1.191.694

5. Síntese conclusiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 5.1 tem como objetivo reforçar a gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas. As 3 operações apoiadas, estão sobretudo centradas no reforço das dimensões transversais de planeamento, monitorização e comunicação.</li> <li>Com um financiamento comunitário aprovado próximo do 1,2 milhões de euros, releva a operação “Elaboração e Monitorização do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas”, pela importância que assume, por um lado, na promoção de uma cultura holística de adaptação virada para o incremento da capacidade adaptativa dos territórios nas suas vertentes física humana e, naturalmente, para o processo de desenvolvimento sustentável da AML, por outro lado, na definição e fundamentação das medidas e ações de adaptação a prosseguir na Região nos próximos anos.</li> <li>Também no caso dos Municípios, nomeadamente em Lisboa e Setúbal, foi possível apoiar investimentos fundamentais para aumentar o conhecimento espacial sobre alguns dos principais riscos e para reforçar as ações de sensibilização e comunicação junto das populações sobre os riscos associados às alterações climáticas.</li> </ul>

## 4.3 PI 6.03 – património natural e cultural

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	6.3 (património natural e cultural)	Tipologia da Operação	Património natural e cultural

2. Ponto de Situação (31.12.2022)			
Total de operações (n.º)	70	Operações concluídas (n.º)	35
Estado das operações		Beneficiários com mais operações	
			

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
"MUSEU DE SETÚBAL – RECUPERAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS – ALAS NORTE E NASCENTE"	Município de Setubal	2 436 968,77
"Parque Urbano Ribeirinho Moinhos da Póvoa"	Município de Vila Franca de Xira	2 833 353,83
ValorRio - Valorização e Proteção do Património Natural e Paisagístico de linhas de água (componente património) (Mafra)	Município de Mafra	2 875 948,82
Cacilhas-Tejo: Centro de Interpretação, Salgas Romanas, Navios Históricos da Marinha e Circuito Turístico (1ª Fase)	Município de Almada	3 655 417,77
Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa	Direção-Geral do Património Cultural	4 255 547,03

4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	43.946.758,3	Custo Total Elegível Aprovado	41.292.905,5
Despesa Pública Aprovada	40.494.343,4	Apoio Total Aprovado	28.852.558,9
Apoio Pago	23.998.894,4	Executado Elegível	36.555.842,1
Despesa Pública Executada	35.891.824,3	Apoio Executado	25.702.163,8
Taxa de execução da despesa pública	88,6%		

5. Síntese conclusiva	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 6.3 visa apoiar a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos. No âmbito desta PI foram apresentadas 70 operações, das quais 35 já se encontravam concluídas e 18 ainda estavam em execução (31.12.2022). Os Municípios beneficiários com maior número de operações apresentadas foram Odivelas (9) e Seixal (8).</li> <li>A despesa pública executada totalizou os 35.891.824,38€, representando cerca de 88,6% da despesa pública aprovada.</li> <li>A dotação dos apoios à preservação do património natural e cultural da região foram sendo reforçados ao longo das diversas reprogramações. Estando a dotação totalmente comprometida, a execução das operações e os seus resultados foram impactados severamente pelo período de confinamento e restrições da pandemia, levando a ajustamentos que privilegiaram nos últimos anos o apoio à promoção da atividade turística nos diversos territórios através do Programa Cultural em Rede (destinado a dar resposta à retoma e manutenção das atividades culturais e artísticas, tendo em conta os prejuízos decorrentes da suspensão total ou parcial de atividade no contexto da pandemia COVID-19).</li> <li>Os projetos apoiados contribuíram sobretudo para qualificar a Região como destino turístico de excelência e para reforçar o papel do património natural como ativo turístico</li> </ul>	

## 4.4 PI 9.01 – Inclusão

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Inclusão Social e Emprego	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	9.1 (Inclusão ativa; igualdade)	Tipologia da Operação	Inclusão ativa de grupos vulneráveis

2. Ponto de Situação (31.12.2022)																											
Total de operações (n.º)	27	Operações concluídas (n.º)	2																								
Estado das operações		Beneficiários com mais operações																									
<table border="1"> <caption>Estado das operações</caption> <thead> <tr> <th>Estado</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Submetida</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Encerrada / Concluída</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Em Execução</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>Aceite pelas Entidades / Contratada</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>		Estado	Quantidade	Submetida	1	Encerrada / Concluída	2	Em Execução	23	Aceite pelas Entidades / Contratada	1	<table border="1"> <caption>Beneficiários com mais operações</caption> <thead> <tr> <th>Município</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MUNICÍPIO DO SEIXAL</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DO BARREIRO</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DE SINTRA</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DE OEIRAS</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DE ALMADA</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DA AMADORA</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>		Município	Quantidade	MUNICÍPIO DO SEIXAL	2	MUNICÍPIO DO BARREIRO	2	MUNICÍPIO DE SINTRA	2	MUNICÍPIO DE OEIRAS	2	MUNICÍPIO DE ALMADA	2	MUNICÍPIO DA AMADORA	2
Estado	Quantidade																										
Submetida	1																										
Encerrada / Concluída	2																										
Em Execução	23																										
Aceite pelas Entidades / Contratada	1																										
Município	Quantidade																										
MUNICÍPIO DO SEIXAL	2																										
MUNICÍPIO DO BARREIRO	2																										
MUNICÍPIO DE SINTRA	2																										
MUNICÍPIO DE OEIRAS	2																										
MUNICÍPIO DE ALMADA	2																										
MUNICÍPIO DA AMADORA	2																										

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos	Município de Palmela	409 717,68
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos	Município de Oeiras	438 042,51
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos	Município de Setubal	515 437,79
Inclusão ativa de grupos vulneráveis -	Município de Odivelas	530 941,00
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos	Município de Sintra	989 363,96

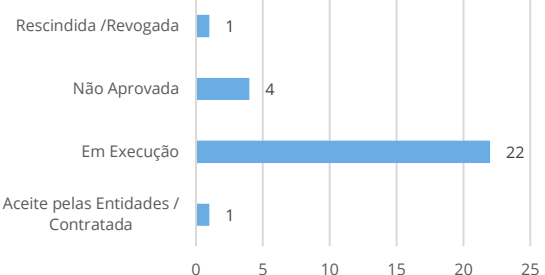
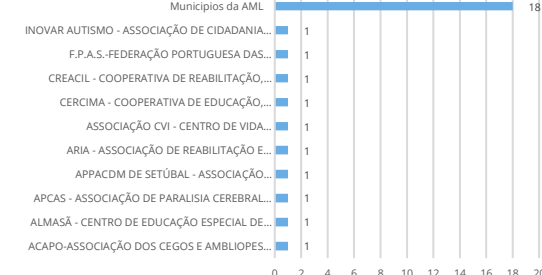
4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	6.439.381,6	Custo Total Elegível Aprovado	6.439.381,6
Despesa Pública Aprovada	6.439.381,6	Apoio Total Aprovado	3.662.378,4
Apoio Pago	1.869.433,7	Executado Elegível	2.346.207,0
Despesa Pública Executada	2.346.207,0	Apoio Executado	1.729.925,2
Taxa de execução da despesa pública	36,4%		

5. Síntese conclusiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 9.1 visa aumentar as competências pessoais, sociais e profissionais, facilitando o acesso ao mercado de trabalho de grupos vulneráveis, reduzindo a vulnerabilidade económica, a pobreza, a exclusão social e o desemprego em territórios urbanos problemáticos e de indivíduos de minorias étnicas. No âmbito desta PI, foram apresentadas 27 operações, das quais apenas duas já se encontravam concluídas e 23 ainda se encontravam em execução (31.12.2023). Relativamente à distribuição territorial destas operações observa-se m equilíbrio entre os vários Municípios beneficiários.</li> <li>A despesa pública executada totalizou os 2.346.207,03€, representando apenas 36,4% da despesa pública aprovada.</li> <li>O combate aos problemas de integração social e do desemprego de grupos mais vulneráveis envolveu a aprovação de diversas operações que contemplam vários projetos de inclusão ativa de grupos vulneráveis, nomeadamente de inserção de pessoas em situação de sem abrigo.</li> </ul>

## 4.5 PI 9.04 – acesso a serviços

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Inclusão Social e Emprego	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	9.4 (Melhoria do acesso a serviços)	Tipologia da Operação	Serviços e redes de intervenção social e de saúde

2. Ponto de Situação (31.12.2022)			
Total de operações (n.º)	28	Operações concluídas (n.º)	0
Estado das operações		Beneficiários com mais operações	
			

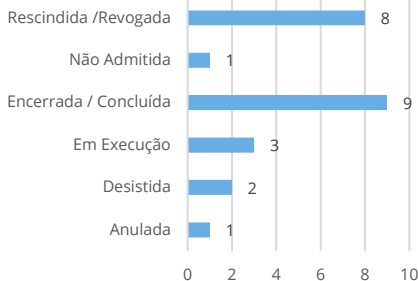
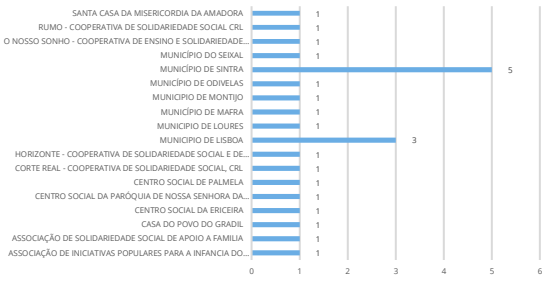
3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
MAVI - Modelo de Apoio à Vida Independente	APCAS - Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal	1 357 646,91
MAVI - Modelo de Apoio à Vida Independente	Associação CVI - Centro de Vida Independente	1 498 431,27
MAVI - Modelo de Apoio à Vida Independente	Almasã - Centro de Educação Especial de Almada (CEEA)	1 749 108,10
MAVI - Modelo de Apoio à Vida Independente	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais E Amigos do Cidadão Deficiente Mental	1 749 916,83
Serviços e redes de intervenção social e de saúde - Idade+	Município de Lisboa	1 846 447,20

4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	16.183.338,9	Custo Total Elegível Aprovado	16.183.338,9
Despesa Pública Aprovada	16.183.338,9	Apoio Total Aprovado	8.783.846,3
Apoio Pago	5.450.762,4	Executado Elegível	8.515.182,7
Despesa Pública Executada	8.515.182,7	Apoio Executado	5.036.672,5
Taxa de execução da despesa pública	52,6%		

5. Síntese conclusiva	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 9.4 tem como objetivo aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços sociais e de saúde dirigidas às pessoas com maiores vulnerabilidades (deficiências ou incapacidades e de pessoas idosas e suas famílias). No total, foram apresentadas 28 operações, das quais 22 ainda se encontravam em execução, a 31.12.2022. Os Municípios foram os maiores beneficiários desta PI, concentrando 18 das 28 operações apresentadas.</li> <li>A despesa pública executada atingiu os 8.515.182,7€, representando cerca de 52,6% da despesa pública aprovada.</li> <li>Foram apoiados cerca de 20 projetos de diversificação e aumento da qualidade da oferta de serviços sociais no âmbito de dois concursos (Idade+ e MAVI- Modelo de Apoio à Vida independente) com procura relevante.</li> <li>Os resultados das medidas não estão ainda apurados uma vez que uma parte significativa dos projetos ainda se encontrava em execução.</li> </ul>	

## 4.6 PI 9.07 – saúde

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Inclusão Social e Emprego	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	9.7 (Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais)	Tipologia da Operação	Infraestruturas e equipamentos sociais

2. Ponto de Situação (31.12.2022)			
Total de operações (n.º)	24	Operações concluídas (n.º)	9
Estado das operações		Beneficiários com mais operações	
			

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
Ampliação da Creche Municipal de Mafra	Município de Mafra	352 609,37
Creche DOMUS PARQUE	Santa Casa da Misericórdia da Amadora	577 158,68
Rede de Creches em Lisboa – Construção Nova – Creche dos Olivais – Quinta do Conde dos Arcos	Município de Lisboa	839 249,19
Rede de Creches em Lisboa – Construção Nova – Estrada da Luz	Município de Lisboa	905 032,41
Rede de Creches em Lisboa – Construção Nova – Creche do Convento do Desagravo	Município de Lisboa	1 518 903,50

4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	5.500.850,8	Custo Total Elegível Aprovado	3.447.488,5
Despesa Pública Aprovada	3.380.211,6	Apoio Total Aprovado	2.489.452,2
Apoio Pago	2.433.034,4	Executado Elegível	3.344.869,2
Despesa Pública Executada	3.277.592,3	Apoio Executado	2.435.499,1
Taxa de execução da despesa pública	96,9%		

5. Síntese conclusiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 9.7 tem como um dos seus objetivos apoiar investimentos nas infraestruturas sociais, promover a inclusão social e auxiliar na transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.</li> <li>No total, foram apresentadas 24 operações, das quais 9 encontram-se concluídas e 3 em execução (31.12.2022). O Município de Sintra destaca-se como maior beneficiário, tendo apresentado 5 operações.</li> <li>A despesa pública executada correspondeu a 3.277.592,33€, representando cerca de 96,9% da despesa pública aprovada.</li> <li>Nos equipamentos sociais, as intervenções apoiadas permitiram reforçar a capacidade de resposta “creche” à escala regional, mas o contributo para superar as baixas taxas de cobertura da região afigurou-se modesto face às enormes carências e necessidades existentes na região.</li> <li>Acresce que a oferta pública de creche não foi efetivamente assumida como uma aposta-chave dos municípios da AML, no âmbito do PDCT. Além do diminuto valor estabelecido, os municípios não eram os executores dessa política (avançavam com a construção, para protocolar a cedência de exploração a instituições do Terceiro Setor) e, por essa razão, não estaria no topo da sua hierarquia de prioridades.</li> </ul>

## 4.7 PI 10.01 – educação

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Capital Humano	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	10.1 (Redução e prevenção do abandono escolar)	Tipologia da Operação	Redução do abandono escolar

2. Ponto de Situação (31.12.2022)																					
Total de operações (n.º)	24	Operações concluídas (n.º)	9																		
Estado das operações		Beneficiários com mais operações																			
<table border="1"> <caption>Estado das operações</caption> <thead> <tr> <th>Estado</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encerrada / Concluída</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Em Execução</td> <td>15</td> </tr> </tbody> </table>		Estado	Quantidade	Encerrada / Concluída	9	Em Execução	15	<table border="1"> <caption>Beneficiários com mais operações</caption> <thead> <tr> <th>Município</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MUNICÍPIO DE SETUBAL</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DE ODIVELAS</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DE MONTIJO</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DE CASCAIS</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO DA AMADORA</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>		Município	Quantidade	MUNICÍPIO DE SETUBAL	2	MUNICÍPIO DE ODIVELAS	2	MUNICÍPIO DE MONTIJO	2	MUNICÍPIO DE CASCAIS	2	MUNICÍPIO DA AMADORA	2
Estado	Quantidade																				
Encerrada / Concluída	9																				
Em Execução	15																				
Município	Quantidade																				
MUNICÍPIO DE SETUBAL	2																				
MUNICÍPIO DE ODIVELAS	2																				
MUNICÍPIO DE MONTIJO	2																				
MUNICÍPIO DE CASCAIS	2																				
MUNICÍPIO DA AMADORA	2																				

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Município do Seixal	759 341,10
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Município de Vila Franca de Xira	1 065 716,39
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Município de Sintra	1 680 674,29
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Município de Loures	1 715 452,90
Planos inovadores de Combate ao insucesso Escolar	Município de Lisboa	2 954 608,12

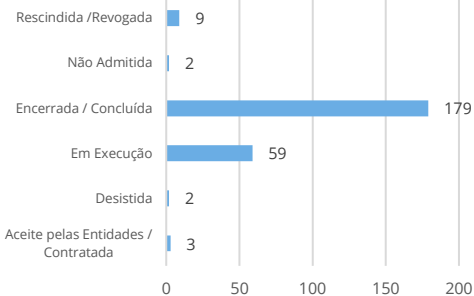
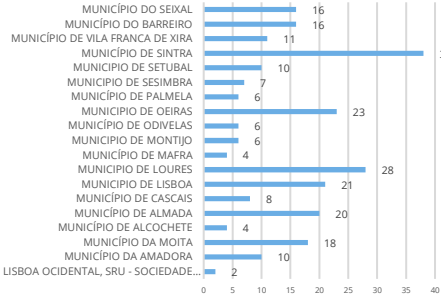
4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	16.300.571,7	Custo Total Elegível Aprovado	16.300.571,7
Despesa Pública Aprovada	16.300.571,7	Apoio Total Aprovado	10.123.719,6
Apoio Pago	8.094.944,7	Executado Elegível	11.518.751,2
Despesa Pública Executada	11.518.751,2	Apoio Executado	7.796.167,2
Taxa de execução da despesa pública	70,7%		

5. Síntese conclusiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 10.1 visa apoiar a redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.</li> <li>No total, foram apresentadas 24 operações, das quais 9 encontravam-se concluídas e 15 em execução (31.12.2022). Relativamente à distribuição espacial das operações, existe um equilíbrio entre os vários municípios da AML.</li> <li>A despesa pública executada correspondeu a 11.518.751,28€, representando cerca de 70,7% da despesa pública aprovada. Através desta PI, as escolas foram alvos de intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar, como o programa TEIP, responsável por cerca de metade das operações. Os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar foram bastante relevantes para uma abordagem estruturada e coerente ao problema do abandono escolar.</li> <li>Com efeito, a boa execução dos Planos concorreu para resultados bastante positivos nesta área, com os níveis de escolaridade a subirem de forma particularmente acentuada e os níveis de abandono escolar a reduzirem-se de forma drástica na Região.</li> </ul>

## 4.8. PI 10.05 – educação

1. Enquadramento Estratégico			
Domínio Temático	Capital Humano	Programa Financiador	POR Lisboa 2014-2020
Prioridade de Intervenção	10.5 (Investimento no ensino, desenvolvimento das infraestruturas)	Tipologia da Operação	Infraestruturas de ensino básico e secundário

2. Ponto de Situação (31.12.2022)			
Total de operações (n.º)	254	Operações concluídas (n.º)	179
Estado das operações		Beneficiários com mais operações	
			

3. Maiores operações (custo total elegível)		
Nome da Operação	Beneficiário	Custo Total Elegível Aprovado (€)
Requalificação da escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Prof. Armando de Lucena (Malveira)	Município de Mafra	2 380 910,5
Ampliação da Escola Básica do Cabo de Vialonga	Município de Vila Franca de Xira	2 495 775,1
Requalificação da Escola Básica do Arneiro	Município de Cascais	2 942 318,4
Requalificação da Escola Básica Teixeira de Pascoaes	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana EM, S.A.	4 098 186,1
Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira	Município de Mafra	4 691 261,4

4. Síntese de execução financeira (31.12.2022)			
Custo Total Aprovado	102.012.037,7	Custo Total Elegível Aprovado	81.372.971,6
Despesa Pública Aprovada	81.372.971,6	Apoio Total Aprovado	58.860.165,1
Apoio Pago	52.650.606,5	Executado Elegível	77.469.072,7
Despesa Pública Executada	77.469.072,7	Apoio Executado	56.252.036,6
Taxa de execução da despesa pública	95,2%		

5. Síntese conclusiva	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A PI 10.5 tem como objetivo apoiar investimentos no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.</li> <li>No total, foram apresentadas 254 operações, das quais 179 encontravam-se concluídas e 59 estavam ainda em execução (31.12.2022). O Município de Sintra assume um papel de destaque, com 38 operações apresentadas, seguindo-se o Município de Loures com 28.</li> <li>A despesa pública executada correspondeu a 77.469.072,72€, representando 95,2% da despesa pública aprovada.</li> <li>As ações de modernização, adaptação e melhoria dos equipamentos escolares bem como dos mecanismos de estruturação da oferta formativa foram bem-sucedidas. Em 2020, a PI obteve um reforço de 48% destinado principalmente à retirada do amianto nas escolas.</li> <li>Os resultados dos projetos contribuem claramente para colmatar as necessidades de requalificação e/ou adaptação de infraestruturas de ensino e formação da região e para criar ofertas de educação-formação mais alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho.</li> </ul>	



## 5. Síntese conclusiva

Conclusão	Descrição
<p><b>O PDCT AML registou um ritmo de execução inferior ao esperado e dinâmicas desiguais entre as diversas Prioridades de Investimento</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Globalmente, em linha com os restantes PDCT a execução do PDCT-AML revelou alguma inércia da sua implementação, registando taxas de execução abaixo do esperado durante um longo período de tempo e uma gradual aceleração à medida que se caminhou para a conclusão do período de execução.</li> <li>Em algumas PI a situação a 31.12.2022 era ainda distante da meta, como por exemplo no âmbito da eficiência energética (FEDER), da inclusão (FSE) ou do acesso a serviços (FSE).</li> <li>No âmbito da eficiência energética a muito significativa taxa de quebra nas candidaturas aprovadas e a baixa execução, aliadas à complexidade e morosidade do processo de análise de candidaturas e dos pareceres técnicos da DGEG, assim como aprioridade dada pelos promotores a outros projetos contribuíram para um pior desempenho.</li> <li>As áreas da educação, adaptação climática, saúde e património natural e cultural registavam a data de corte um desempenho muito favorável indicativo do cumprimento das metas físicas e financeiras até ao final do período de programação.</li> </ul>
<p><b>Nas PI associadas à Educação e Equipamentos Sociais, apoiaram-se operações com impacto muito relevante para ultrapassar alguns constrangimentos regionais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A evolução dos indicadores de contexto e as dinâmicas de execução no domínio da educação sugerem este domínio como sendo particularmente impactado pela ação do Programa. Com efeito, a boa execução e perspetiva de cumprimento generalizado das metas nesta área cruza com resultados bastante positivos nesta área, com os níveis de escolaridade a subirem de forma particularmente acentuada e os níveis de abandono escolar a reduzirem-se de forma drástica. Ainda neste domínio, verificou-se um aumento do número de trabalhadores na Região com ensino superior, o que reforça o sentido desta conclusão.</li> <li>Nos equipamentos sociais, as intervenções apoiadas permitiram reforçar a capacidade de resposta “creche” à escala regional, mas o contributo para superar as baixas taxas de cobertura da região afigurou-se modesto face às enormes carências e necessidades existentes na região. Acresce que a oferta pública de creche não foi efetivamente assumida como uma aposta-chave dos municípios da AML, no âmbito do PDCT-AML. Além do diminuto valor estabelecido, os municípios não eram os executores dessa política (avançavam com a construção, para protocolar a cedência de exploração a instituições do Terceiro Setor) e, por essa razão, não estaria no topo da sua hierarquia de prioridades. Neste quadro, mesmo os municípios que decidiram avançar com múltiplas candidaturas face à grande carência de resposta municipal, acabaram por não conseguir concretizar o que se propunham (deixaram cair as candidaturas), seja pelas dificuldades associadas às empreitadas (escalada de preços, concursos desertos, ...), seja pela redefinição de prioridades no contexto pandémico.</li> <li>Nos equipamentos de saúde, a expressividade dos impactos é limitada, sobretudo no que respeita à redução substancial da população sem médico de família e à redução dos tempos de espera para consultas de especialidade. A dificuldade de atrair recursos humanos (médicos de família) e os constrangimentos/atrasos gerados pelo contexto pandémico, foram bastante impactantes para não se atingir a amplitude de mudanças contextuais desejada. Não obstante, conseguiram-se enormes avanços na qualidade de serviços prestados nas unidades de cuidados primários, na qualidade dos diagnósticos e no reforço do número de utentes com médico de família.</li> </ul>
<p><b>A articulação e integração de políticas e operações, foi limitada</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A concretização de articulações e complementaridades entre operações, por meio da abordagem plurifundo teve poucos benefícios limitados. O desempenho do PDCT-AML foi parcialmente prejudicado pela incapacidade dos atores locais em estruturar operações integradas.</li> <li>Algumas razões que impediram estas sinergias foram (i) os prazos para a preparação das candidaturas excessivamente curtos; (ii) a administração não estar disponível para estas abordagens.</li> <li>Esta realidade exigirá maior esforço de coordenação da AML, na construção da futura ITI e a aposta em ações de capacitação de eleitos e técnicos e que permita robustecer a capacidade regional para implementar abordagens integradas.</li> </ul>
<p><b>O PDCT AML assumiu-se como um importante instrumento de valorização da capacidade de liderança territorial, da AML</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O PDCT- AML foi considerado um meio significativo de reconhecer a capacidade de liderança territorial, especialmente no que diz respeito à solução de problemas locais. No próximo ciclo da Política de Coesão (2021–2027), deve-se reforçar os avanços na liderança territorial, capacidade técnica e reconhecimento institucional em relação à AML.</li> <li>Foi demonstrado que a complementaridade entre AG e AML deve ser reforçada no futuro. A AML pode agregar valor à cultura institucional de compromisso e articulação municipal e regional. A centralidade adquirida pela AG e seus recursos humanos pode aumentar a eficácia, eficiência e capacitação dos procedimentos de gestão.</li> <li>Os ganhos de credibilidade, reconhecimento e capacidade de gerar compromissos no âmbito da contratualização com a AML foram significativos. Isso permitiu que a AML liderasse outros processos, criasse serviços e projetos transversais e fortalecesse as relações de trabalho intermunicipais para</li> </ul>

Conclusão	Descrição
	outras dimensões relevantes de política pública além dos Fundos Comunitários. No futuro, os ganhos de escala gerados, a confiança entre os atores, a mudança da cultura institucional e a centralidade adquirida pela AG e AML devem ser maximizados.

Fonte: CEDRU (2023)





**CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.**

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 217 121 240

Email: geral@cedru.com

URL: [www.cedru.com](http://www.cedru.com) |  [www.facebook.com/cedru.pt](https://www.facebook.com/cedru.pt)

**Estudo:**

Avaliação do grau de concretização da EIDT AML 2014-2020 e do PDCT AML 2014-2020

**Documento:**

Relatório Final

**Data:**

Março de 2023